

ENSINO E EXTENSÃO: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL DA PRÁTICA DE ENSINO ASSOCIADA À EXTENSÃO

TEACHING AND EXTENSION: A LONGITUDINAL ANALYSIS OF TEACHING PRACTICE ASSOCIATED WITH EXTENSION

Jeniffer Victoria Martins Machado¹, Sullivan Desirée Fischer²

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados da análise das atividades práticas de consultorias de procedimentos realizadas na disciplina de Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos (TEAP) frente ao currículo de formação do curso de administração pública da Esag/Udesc de 2007. A disciplina de TEAP integra a grade curricular do Curso de bacharelado em Administração Pública, desde a primeira grade curricular, em 2004. Localizada no eixo de formação profissional e componente curricular da oitava (última) fase do curso, têm por definição, devido a sua característica de integrar teoria e prática, natureza de curricularização da extensão. Nela são desenvolvidas atividades práticas de consultoria de procedimentos, desde 2008, em que são atendidas demandas do setor público, possibilitando aos estudantes vivenciarem na prática, os problemas, dilemas e necessidades de aprimoramento da gestão pública ou resolução de problemas. De outra parte, esta prática está integrada à extensão, por meio Laboratório de Aprendizagem em Serviços Públicos (LASP), e que com a nova política de extensão aprovada pela UDESC de curricularização da extensão (2023), surge o interesse em analisar quais são as disciplinas do currículo, e que foram mais acessados para o atendimento das demandas apresentadas pelos órgãos públicos? E ao mesmo tempo, a partir desta análise, mostrar que a curricularização da extensão é uma prática constante, contínua, que está integrada à matriz curricular do curso desde o início de sua implantação.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino e Extensão, Teoria e prática. Curricularização. Consultoria de procedimentos.

Revista Práticas em Extensão, volume 8, número 3, 2024

DOI: <https://doi.org/10.18817/rpe.v8i3.3823>

Editora-chefe: Camila Pinheiro Nobre

Artigo submetido: 24/08/2024

Artigo aceito: 28/10/2024

Artigo Publicado: 24/11/2024

ABSTRACT: This report presents the results of the analysis of practical consulting activities conducted in the course "Theory and Practice of Public Services Administration" (TEAP) in relation to the 2007 curriculum of the public administration program at Esag/Udesc. The TEAP course has been part of the Bachelor of Public Administration program's curriculum since the first curriculum was established in 2004. Positioned within the professional training axis and as a curricular component of the eighth (final) phase of the course, it is defined by its characteristic of integrating theory and practice, thus embodying the nature of curricular extension. Practical consulting activities have been developed within this course since 2008, addressing public sector demands and enabling students to experience firsthand the challenges, dilemmas, and needs for improvement in public administration or problem-solving. Additionally, this practice is integrated into the extension program through the Public Services Learning Laboratory (LASP), and with the new extension policy approved by UDESC in 2023, which mandates the curricularization of extension, there is an interest in analyzing which courses within the curriculum have been most utilized to meet the demands presented by public agencies. Simultaneously, this analysis aims to demonstrate that the curricularization of extension is a constant and continuous practice that has been integrated into the program's curriculum since its inception.

KEYWORDS: Teaching and Extension, Theory and Practice. Curricular Integration. Procedural Consultancy.

¹ Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas UDESC/Graduanda da Instituição. martinsjvmm@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0006-6928-3442>

² Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas UDESC/Pesquisadora da Instituição. sullivan.fischer@udesc.br. <https://orcid.org/0000-0002-8273-3931>

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados da análise das atividades práticas de consultorias de procedimentos realizadas na disciplina de Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos (TEAP), frente ao currículo de formação do curso de administração pública da Esag/Udesc, de 2007. A trajetória do ensino de graduação em Administração Pública na Esag, se insere no contexto de transformação do campo de públicas no Brasil, que ocorre a partir dos anos 2000. Na Esag, o curso de bacharelado em Administração Pública foi criado em 2004 e sua integralização aconteceu em 2008. É a partir deste ano, quando os alunos da primeira turma chegam à última fase do curso, que reside nossa análise, sobre a disciplina de Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos (TEAP).

Esta disciplina se associa de maneira natural à extensão, a partir do atendimento de demandas apresentadas por organizações públicas. A prática realizada na disciplina, denominada consultoria de procedimentos, está também associada ao Laboratório de Aprendizagem em Serviços Públicos (LASP), primeiro programa de extensão do Curso de Administração Pública da Esag/ Udesc.

O curso de Administração Pública na Esag, criado em 2004, é ofertado no campus I em Florianópolis e fora de sede em Balneário Camboriú. Sua dupla oferta, Florianópolis e Balneário Camboriú, ocorre até 2010 quando Balneário Camboriú abre seu próprio curso. Nesta mesma oportunidade, Florianópolis também amplia sua oferta e passa a oferecer o curso no período noturno, além da oferta desde 2004 no período matutino.

Nossa análise recai sobre todo esse período de oferta em Florianópolis e Balneário Camboriú e posteriormente, noturno em Florianópolis, além do período matutino. Isto é, nossa análise é longitudinal, abrange o período de 2008 a 2023.

Em função do tempo decorrido de desenvolvimento destas práticas de consultorias que iniciaram quando a primeira turma de 2004 chegou na última fase em 2008.1, assim como, devido a curricularização da extensão, percebe-se por um lado uma oportunidade de mostrar que a curricularização da extensão no curso de bacharelado em Administração pública na Esag, existe desde sua implementação, e por outro, a partir desta análise das atividades práticas de consultorias de procedimentos realizadas na disciplina de Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos (TEAP) conhecer e compreender que disciplinas da grade curricular são mais acessadas para atender as demandas das organizações públicas. Nesse sentido, o estudo abrange o período de 2008.1 a 2023.1.

Em face disso, os resultados das atividades de consultoria, ao realizarem entregas e atenderem às demandas do setor público para melhorar a gestão e a prestação dos serviços públicos, apresentam como resultado a melhoria na eficiência e na qualidade desses serviços, demonstrando sua sustentabilidade. Diante disso, é perceptível que a própria prática de ensino, alinhada com a extensão dessa atividade de consultoria, se mostra sustentável pela sua execução contínua ao longo desses 15 anos.

As atividades de consultoria que resultam na eficiência e eficácia dos serviços públicos estão alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável deveria se tornar o princípio orientador central para governos, instituições privadas, organizações e empresas (Veiga, 2015). A sustentabilidade, na sua definição mais legítima, é entendida como “a ambição de que a humanidade atenda às suas necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de também o fazer” (Veiga, 2015).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Ensino de graduação em Administração Pública no Brasil

É em meio às transformações do Estado brasileiro com a reforma do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o encadeamento de ações desenvolvidas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que entre 1944 e 1952, é institucionalizado o ensino superior em administração pública no Brasil (Coelho, 2019). Conduzidas por técnicos transferidos do Dasp, os programas de capacitação, conhecidos por “cursos do Dasp”, trabalham com ensinamentos da administração científica e são complementados pelas normas constitucionais e do Direito Administrativo. Os programas nessa época eram articulados com a sistemática de concursos, desse modo, os cursos serviam de preparatório para os concursos (Gaetani, 1999).

Todavia, devido a obstáculos, durante o período da década de trinta à década de cinquenta, sua expansão não ocorre. Na visão de estudiosos (e críticos), a área de conhecimento de administração entoava a velha noção que as técnicas administrativas não podiam ser transmitidas pelo ensino formal e por meio de treinamentos, ou seja, a noção que se tinha era de algo inato ou que dependia de longos anos de experiência. Conforme exposto por Coelho (2019), “a utilidade de se estudar gestão era questionada pelo juízo de que a competência do dirigente – quer público ou privado – devia-se mais à ‘formação do espírito’ e aptidão do que à tecnicidade e instrução” (Coelho, 2019).

Outro obstáculo que se apresentava, era o enquadramento da Administração na área de artes ou ciências, carregando assim, a dificuldade de delinear o campo do saber Administrativo. Como resultado havia uma confusão, inicial da Administração como Direito Administrativo, e posteriormente, com as Ciências Econômicas. Essa confusão se dá pela concepção de uma base comum entre Administração e Ciências Jurídicas, e entre Administração e Ciências Econômicas, que somente tardiamente, o campo foi emancipado. Soma-se a isto, a falta de autonomia e legitimidade acadêmica da Administração, que consistia em uma competição entre advogados, economistas e administradores pelas funções administrativas (Coelho, 2019).

Coelho (2019), enuncia ainda outro obstáculo, a influência europeia sobre o sistema universitário no Brasil, com a relutância do ensino Administrativo. O ensinamento Administrativo possuía uma visão utilitarista, empírica e pragmática, ao invés da visão usada na Europa, que consistiam em clássica, literária e humanística. Desse modo, os estudos de gestão não foram bem recebidos nas instituições de ensino recém-criadas (Coelho, 2019).

Somente em 1944, ocorre a inauguração do primeiro curso bacharelado de Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV), visando “a formação sistemática de certos tipos de competências administrativas para o serviço público” (Silva; Benedicto, 1952). Posteriormente, resultou na concepção da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac), no ano de 1952.

Nos anos subseqüentes, após a criação do curso de graduação na FGV, surgiram no país cursos com a mesma formação, nas seguintes instituições: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (1952); na Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia (1959); na Escola Superior de Administração da Universidade Federal de Pernambuco (1959); na Escola de Administração do Estado do Ceará (1961); e no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (1961). Incluindo estas, estima-se que, entre 1952 e 1967, trinta instituições de educação superior (faculdades, fundações e institutos) implantaram cursos de formação acadêmica (graduação e pós-graduação) e/ou de treinamento e desenvolvimento (T&D) em administração pública (Coelho, 2019).

A trajetória do ensino superior de Administração Pública passou por impulsos e declínios ao seu decorrer, com a crise do Estado em 1980 e com os desdobramentos da Constituição Federal de 1988 e a agenda de Reforma do Aparelho do Estado no pós-1995. Desse modo, o ensino superior passa desde a criação do curso de Administração Pública na FVG por declínios, e somente em meados de 2000, o curso de Administração Pública começa a ganhar impulsos e a serem implementados em universidades do Brasil.

Nesse contexto, novas rupturas aconteceram nos valores, na organização pedagógico-curricular e nos vínculos com o setor público no Brasil que culminou a transição do enfoque na administração para o desenvolvimento e da assistência técnica é descontinuada, e surge um novo foco, ser um aparato estatal (Coelho, 2019).

(...) [havia uma] diferença entre os problemas colocados aos administradores públicos nas décadas de 40, 50 e 60 e aqueles enfrentados a partir dos anos 1970. Nessas primeiras décadas, (...) o desafio era o da construção de organizações e métodos [burocráticos weberianos] para a planificação da economia e expansão dos serviços públicos. A partir dos anos 1970, tal aparato estatal, ainda que com imperfeições, estava constituído e (...) os desafios da gestão pública se referiam menos à organização das repartições/agências governamentais e mais à formulação de políticas econômico-sociais (Mezzomo Keinert, 1996, p.15).

Os cursos de graduação em Administração Pública no Brasil, passam por uma mudança de enfoque que antes era na análise organizacional e no planejamento governamental no Estado. Diante disso, os cursos de administração pública se fundiram aos de administração de empresas (Vieira, 1976).

Nesse sentido, devido ao início da institucionalização do ensino de graduação em Administração Pública delineados pelos percalços, reflexos deles ainda são percebidos nos dias atuais; busca-se dá legitimidade, reconhecimento e valorização da formação acadêmica para a área pública, segundo Vendramini, (2013), continua sendo uma luta.

O ensino de Administração Pública foi retomado em 1995 com a reforma administrativa empreendida no governo Fernando Henrique Cardoso juntamente com o ministro Bresser Pereira, com o intuito de definir as metas de governo e a busca por satisfação dos usuários dos serviços públicos (Vendramini, 2013), tendo como resultado, de acordo com Silva e Pinho (2007) que os princípios do desenvolvimentismo e a agenda governamental resultaram na evolução do ensino de Administração Pública.

Nessa perspectiva, da trajetória do ensino em administração, podemos observar que os perfis dos profissionais e as demandas atendidas no setor público passam por mudanças. Disto, destaca-se, dois aspectos cruciais: as visões e ações dos atores do Campo de Públicas, expressa pelos professores e gestores que defendem que há diferenças substanciais entre administração empresarial e administração pública e a defesa da autonomia dos cursos de graduação que englobam o Campo de Públicas (Coelho, 2011).

E nesse cenário, de pensamento e críticas ao contexto, que os atores se articularam e se organizaram a partir da virada do milênio em prol do movimento por autonomia da graduação de Administração Pública em contraposição à Administração Empresarial (Coelho, 2011). Deste movimento surgem diferentes cursos denominados por “Públicas”, que passam a ser reconhecidos no sistema de regulação e de avaliação educacional, ramificados com as seguintes nomenclaturas: Administração Pública (AP), Gestão Pública (GP), Gestão de Políticas Públicas (GPP), Políticas Públicas (PP) e Gestão Social (GS) oferecidos por universidades brasileiras (Coelho, 2011).

Atualmente, o Campo de Públicas é formado por uma variedade de atores e instituições que contribuem para a área. Dentre os participantes, estão universidades, pesquisadores, professores, acadêmicos, funcionários públicos, gestores e líderes que atuam em diferentes esferas do governo (federal, estadual e municipal), entidades não governamentais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais (Coelho, 2011).

Revestida desse movimento, a Administração Pública adquire consistência e influência política ao reunir os atores, promover atividades e implementar iniciativas relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e capacitação profissional, bem como as relações entre Estado-sociedade (Coelho, 2011).

Atualmente, segundo Fonseca e Pires (2010), os cursos de graduação em Administração Pública no Brasil têm como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover melhorias na esfera pública, e também a ampliação das participações da sociedade nos assuntos públicos. O curso de Administração pública na Esag/Udesc, faz parte desse movimento do campo de públicas e integra o grupo de primeiros cursos criados a partir de 2000 e este é o assunto da próxima seção.

2.2 O Ensino de graduação em Administração Pública na ESAG

A Escola Superior de Administração e Gerência (Esag) foi a primeira escola estadual de ensino superior de gestão de Santa Catarina, “criada para a formação de gestores estratégicos que pudessem suprir a necessidade local de desenvolvimento e mão de obra especializada para atuarem nas organizações públicas e privadas” (Querino, 2012, p. 53).

Instituída pelo Governador Celso Ramos, em 16 de outubro de 1964, como Fundação Escola Superior de Administração e Gerência (Esag), de acordo com a Lei Estadual n. 3.530, com a finalidade de:

- a) Criar e manter uma Escola Superior de Administração e Gerência destinada a formar, em nível superior administradores para o desempenho de atividades no setor público e privado;
- b) Promover cursos de formação, treinamento e especialização para graduados ou não;
- c) Promover ou patrocinar estudos e pesquisas relacionados com o desenvolvimento econômico e o progresso social de Santa Catarina;
- d) Promover cursos de pós-graduação abertos aos graduados em – administração, economia, direito, engenharia, serviço social e ciências sociais e políticas (Querino, 2012).

A ESAG passou por várias mudanças desde sua criação, em 1964 e no ano seguinte a sua criação, em 1965, a ESAG é incorporada à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), “passando o seu patrimônio para a FESC (Fundação Educacional de Santa Catarina), mantenedora da Udesc” (UDESC, 2011).

A criação da ESAG surge com a necessidade da formação superior de administradores públicos, com cursos e especialização, para que os acadêmicos desempenhem atividades no setor público. Com o passar do tempo, o foco da Esag passa a ser voltado no setor privado. Somente em 2004, com a criação do curso de graduação em Administração Pública, com oferta de duas turmas, uma no campus I em Florianópolis e outra em Balneário Camboriú, como curso fora de sede, que há o retorno do foco no setor público. O curso de

Administração Pública na Esag surge como “uma iniciativa inovadora, que se propõe a reconceituar e enriquecer a gestão de serviços públicos, de acordo com os tempos atuais” (UDESC, 2007).

Desde sua criação, o curso de Administração Pública, passou por seis reformas no seu Projeto Político Pedagógico (PPC) (2004, 2007, 2011, 2012, 2017, 2020 e 2023), com o objetivo de incorporar novas diretrizes emanadas por Resoluções Nacionais ou da Universidade, assim como, para enfrentar os novos desafios do mercado de trabalho, incorporar novas abordagens, estratégias pedagógicas, para que o egresso de administração pública possa desenvolver novas habilidades e competências. Vale aqui trazer três comentários: i) que a corrente do novo serviço público, isto é a estratégia da coprodução, se mantém; ii) que dessas seis reformas, apenas quatro são reformas que trouxeram grandes mudanças para a grade curricular do curso e iii) que a reforma curricular no PPC de 2023, incorpora a curricularização da extensão (PPC, 2023).

Como salientado anteriormente, o curso de Administração Pública, teve quatro grandes reformas, modificando e/ou realizando ajustes na grade curricular: 2004, 2007, 2020 e 2023. As mudanças são diversas, desde incorporação de novas disciplinas, disciplinas suprimidas, alterações nas nomenclaturas das disciplinas, carga horária, e alteração de créditos. As demais grades curriculares, 2011, 2012 e 2017, são caracterizadas como reformas de pequena monta, ou seja, pequenos ajustes, como por exemplo: alteração de créditos e nomenclatura das disciplinas.

Dado que o curso de Administração de Serviços Públicos, em 2004, tinha como objetivo “habilitar gestores e profissionais para a co-produção e para os sistemas de co-produção de serviços públicos, sejam eles representados por órgãos públicos, organizações não-governamentais, empresas privadas comprometidas com ações de responsabilidade social, ou outros; o espaço institucional, político, social e econômico do Estado de Santa Catarina será o alvo prioritário de atendimento” (PPC, 2004, p. 3).

Com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) aprovadas para os cursos de graduação em Administração, observa-se a necessidade de readequar o PPC e disto resulta a reforma do PPC de 2007. O PPC de 2007 surge com o intuito de além de adequar e atender as DCNs, transformar o Curso de Administração de Serviços Públicos para Administração Pública, incorporando nesta reforma:

- a) definição e implementação de um currículo que valorizasse as áreas de conhecimentos contempladas nas Diretrizes Curriculares;
- b) mudança do nome do curso de Administração de Serviços Públicos para Administração Pública para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração;
- c) alinhamento com o planejamento estratégico do CCA/ESAG/UDESC implementado em 2006;
- d) implementação de um currículo que possibilitasse a realização de trabalhos extra-classe: atividade de ensino, pesquisa e extensão;
- e) desenvolvimento de competências, habilidades e de atitudes;
- f) metodologia de ensino-aprendizagem e de avaliação diversificada que levasse o aluno a pensar como forma de se assegurar a eficácia e efetividade do currículo. (PPC, 2017).

Em 2020, é criado um novo PCC, para suprir a defasagem temporal curricular, visto que o PPC mais recente era o de 2007, que ficou em vigência por 12 anos. O PPC de 2020, bus-

ca atender a “novas temáticas relativas à Gestão Pública, Política e Políticas Públicas, Inovação no Serviço Público e Governança Pública, temas que se tornaram mais desafiadores, bem como a incorporação de novas abordagens, estratégias pedagógicas, ferramentas e métodos” (PPC, 2020, p. 4), assim como, com o intuito de atender as “novas tecnologias sociais e técnicas, transformação digital, e exigência de novas habilidades e competências que não estavam contempladas no PPC de 2007” (PPC, 2020, p. 4). Adicionalmente, adequar às DCNs, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2014, que institui DCNs próprias para os cursos de bacharelado em Administração Pública (PPC, 2020). Dentre as mudanças trazidas por esta reforma, a disciplina de Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos (TEAP) tem seu conteúdo modificado, voltando-se integralmente para a Consultoria em Administração Pública (CONADPU).

Posteriormente, é criado o PPC de 2023, buscando atender aos fatores de 2020 que continuavam válidos para este novo Projeto Pedagógico e adicionalmente a questão da curricularização da extensão. O PPC 2023, incorpora “a necessidade de integrar a extensão nos Projetos Pedagógicos de todos os cursos de graduação da UDESC considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, previsto no art. 207 da Constituição Federal de 1988, e ainda, de acordo com a Resolução CEG 07/2022:

- I. o Plano Nacional de Extensão Universitária, instituído pelo FORPROEX, datado de maio de 1998;
- II. a Política Nacional de Extensão Universitária, instituída pelo FORPROEX, datada de maio de 2012;
- III. a Resolução nº 015/2019 - CONSUNI, de 23 de abril de 2019, que institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da UDESC;
- IV. a definição da extensão no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES como dimensão pedagógica essencial à formação superior, ao exercício e aprimoramento profissional (...) (PPC, 2023).

Essas mudanças no PPC levam em consideração o público-alvo que o curso quer atingir: (a) egressos do 2º grau que buscam formação profissional em produção ou prestação de Serviços Públicos; (b) servidores públicos, sem preparo formal para o exercício profissional do Serviço Público; e (c) outros interessados (Vendramini, 2013).

Para este estudo importa a análise sobre a grade curricular do curso, para perceber as mudanças e para análise do enquadramento das consultorias realizadas na disciplina de Teoria e prática de administração pública, que estão situadas entre 2008 e 2023/1.

Vale salientar que apesar de ter ocorrido as reformas de 2020 e 2023 no PPC, após a de 2007, como a análise desse estudo recai sobre o ensino e extensão, representadas pela disciplina de Teoria e Prática de Administração de Serviços Público (TEAP) pelo ensino, e o LASP pela extensão, para esta análise, utiliza-se o PPC de 2007, isto porque, a disciplina de TEAP só sofre modificação após 2023, e o currículo em vigência durante todo o período de análise recai sobre o currículo de 2007. Desta forma, para fins de categorização das disciplinas e nomenclaturas, utiliza-se a grade curricular de 2007. Passamos para dissertar sobre a curricularização da extensão nesta próxima seção.

2.3 A curricularização da extensão

A curricularização da extensão está fundamentada no Art. 207 da Constituição Fede-

ral de 1988 (Brasil, 1988), combinado com o Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Nº 9394/1996, colocando em destaque a formação integral dos estudantes, à partir de uma interação dialógica com a comunidade e os problemas da realidade social. Nesse sentido, busca assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitárias (Miguel, 2023). Essa indissociabilidade tem como objetivo uma “universidade que produz conhecimento e o socializa com a comunidade mediante atividades de extensão universitária” (Thiollent, 2002), possibilitando aos estudantes um rico processo interativo de construção social do conhecimento, viável pelo diálogo intercultural voltado à intercompreensão crítica” (Thiollent, 2002).

O Plano Nacional de Educação (PNE) com a promulgação da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, determina que as instituições de ensino estendam as atividades de extensão juntamente com as atividades de ensino e os resultados da pesquisa (Nogueira, 2005). Com essa promulgação do PNE, determina que “[...] a exigência do cumprimento de no mínimo 10% dos créditos curriculares exigidos para a titulação na graduação em atividades extensionistas” (Miguel, 2023, p. 3).

A extensão tem grande relevância para a sociedade, e possui um papel importante na relação das instituições públicas e as demandas da sociedade. Nesse sentido, com a obrigatoriedade da curricularização da extensão, é dada ao estudante a oportunidade de colocar em prática todo o conhecimento adquirido durante a sua formação, vinculando a teoria à prática (Pereira; Montiel, 2023).

Desse modo, a extensão “é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da sua prática de um conhecimento desenvolvido na sala de aula” (Pereira; Montiel, 2023). A extensão, como diz Duarte *et al.* (2021), “representa o elo entre instituição e sociedade, em que ações são promovidas interligando problemas e demandas da comunidade ao conhecimento produzido, ampliando o espaço de diálogo e debate com vistas à transformação social”.

Com a Lei 13.005/2014 em vigor, sugere-se que as instituições de ensino estaduais, municipais e privadas incorporem gradualmente a extensão em seu currículo, como prática obrigatória a todos os estudantes. Contudo, apesar de sua institucionalização legal, esta é introduzida nos currículos pelas universidades apenas anos depois, a exemplo, a Udesc, em que a institucionalização da curricularização acontece em 2023 a partir da Resolução Nº 20. Este é o assunto da próxima seção.

2.4 A curricularização da graduação na UDESC

A curricularização da extensão na UDESC foi aprovada pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG) em 10 de outubro de 2023, que determina que os cursos de graduação realizem reformas em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPC), de modo a tornar a extensão universitária como parte do currículo, integrada ao ensino (Udesc. Resolução Nº 020/2023 – CEG).

A resolução vigente prevê os para cursos de bacharelado e tecnólogo algumas instâncias, como carga horária por disciplina, horas destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), horas destinadas às Atividades Complementares e horas destinadas às Unidades Curriculares de Extensão (UCES).

A curricularização da extensão impacta em encargos docentes no PPC, dividido por 12 horas/ensino, dividido pelo valor do crédito que é 18. E no caso da creditação da extensão, em disciplinas mistas, estas horas são computadas em ensino. (Udesc. Resolução Nº

020/2023 – CEG). A partir desta deliberação universitária, o Departamento de Administração Pública (DAP) da Esag iniciou debate acadêmico para incorporar em seu PPC os elementos que disciplinam a matéria.

2.5 A curricularização do curso de Administração Pública na Esag/Udesc

Como apresentado na seção 2.2, que trata da criação do curso de bacharelado em Administração Pública na Esag, apresentamos em seu histórico as reformas processadas ao longo dos anos. Nesta trajetória, como mencionamos, o curso havia passado por uma grande reforma em 2020, com o objetivo acompanhar as novas tendências e temáticas abordadas para promover melhorias na gestão pública e de políticas públicas, acompanhar as inovações no e para o serviço público e introduzir novas teorias como a abordagem da nova governança pública e adequar-se às novas tecnologias, estratégias pedagógicas, com ferramentas e métodos de ensino e aprendizagem novos.

Em face disto, em 2023 a reforma no PPC do curso, busca apenas incorporar as exigências da curricularização da extensão, impactando em um pequeno número de disciplinas, aquelas que passam a incluir em sua carga horária a prática de extensão. Nesse sentido, o PPC prevê um total de 360 horas de extensão, ou 20 créditos, configurando 10% da carga horária mínima para integralização de curso de bacharelado em Administração Pública (PPC,2023).

Vale salientar que as mudanças trazidas por esta reforma, a disciplina de Teoria e Prática de Administração de Serviços Público (TEAP) tem seu conteúdo modificado, voltando-se integralmente para a Consultoria em Administração Pública (CONADPU), conforme já mencionado na seção 2.2. Visto que esta disciplina é a única que possui três créditos no currículo como prática extensionista, e deixa de ter o conteúdo de implementação de política pública que era ministrado em conjunto com o conteúdo prático de consultoria, que passa a ter seu foco integral em consultorias. As disciplinas que incorporaram essa carga horária estão disponíveis no quadro 1.

Quadro 1. Unidades Curriculares de Extensão

Disciplinas	Fase	Percurso
Unidade Curricular de Extensão I	5ª fase	Curricularização da Extensão
Unidade Curricular de Extensão II	6ª fase	Curricularização da Extensão

Fonte: Autora (2024).

A opção da curricularização da extensão no DAP foi por disciplinas mistas e Unidades Curriculares de Extensão Vinculadas (UCE V), incorporadas pelas disciplinas oferecidas a partir da 5ª à 8ª (PPC,2023). E a Esag/Udesc oferta diversos programas e projetos que constituem o campo no qual as atividades extensionadas das UCE.

Os programas e Projetos de Extensão da Esag/Udesc “demonstram, por meio de suas iniciativas e resultados, o comprometimento do corpo docente e discente com a extensão universitária” (PPC, 2023, p. 111). Estes programas e projetos permitem a integração entre os professores(as) e alunos(as), intra e extra cursos, além disso, são alternativas para integrar a extensão com as disciplinas mistas. Uma dessas iniciativas de extensão é o Laboratório de Aprendizagem em Serviço Público (LASP).

3 METODOLOGIA

3.1 Metodologia científica

A natureza desse estudo é qualitativa, coletando dados por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa-ação, e método descritivo. O objetivo deste, é a partir dos dados coletados, fazer uma análise das consultorias realizadas entre o período de 2008/1 a 2023/1 na disciplina Teoria e Prática na Administração Pública, frente a curricularização da extensão do curso de Administração Pública na Esag/Udesc.

Segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), a metodologia qualitativa se concentra na compreensão e interpretação dos significados e contextos estudados, envolvendo a coleta de dados não numéricos, como observações detalhadas, diários, registros históricos e análise de documentos. A análise qualitativa busca identificar temas, padrões e relações qualitativas nos dados, por meio de técnicas como codificação, categorização e interpretação textual. Diante disso, o tratamento dos dados foi feito de forma qualitativa, analisando o conteúdo mapeado das consultorias.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 1946). Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da revisão literária, das legislações, dos Projetos Pedagógicos do Curso de Administração Pública (2004) a (2023), e dos trabalhos de consultorias.

A pesquisa-ação caracteriza-se pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. Segundo Thiollent (1985, p.14), é “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo”.

As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de uma determinada variável e das relações das variáveis, com o intuito de determinar a sua natureza. (Gil, Antonio Carlos, 1946).

A partir dos dados coletados das consultorias, deu-se início a elaboração de uma planilha no Excel, com as colunas: Ano; Semestre; Título; Autores; Disciplinas; Área de conhecimento; Demanda-objetivo; Palavra-chave; Produto entregue; Local da prática.

Para a análise dos dados, foram criados filtros. A partir da filtragem foi possível mapear quais disciplinas e quais áreas de conhecimento estavam relacionadas às consultorias. Para melhor demonstração dos dados encontrados, foram criadas tabelas que abordam as disciplinas e áreas de conhecimento envolvidas nas consultorias.

3.2 Procedimento metodológico da consultoria

As atividades realizadas na disciplina de TEAP são fundamentadas no modelo de Consultoria de Procedimentos proposto por Schein (1973), com o propósito de atender às demandas do setor público, visando à melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos, através da colaboração entre alunos e gestores públicos (Fischer, Schommer, Mamede, 2014).

Para que a consultoria produza resultados positivos, é essencial que ocorra um alinhamento mútuo entre consultor e cliente — no caso, entre aluno e gestor — e que o processo seja rigorosamente seguido. As etapas incluem: i) Contato inicial com a organização do

cliente para formalização do contrato (tanto formal quanto informal); ii) Diagnóstico; iii) Feedback e decisão sobre as ações a serem tomadas; iv) Implementação das ações priorizadas; v) Avaliação e encerramento da consultoria.

3.3 Caracterização da unidade de análise

O Laboratório de Aprendizagem em Serviços Públicos (LASP) é o primeiro programa de extensão do curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), ligado ao Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag) criado em 2004. Cujo programa já incubou diversos projetos como: consultorias a órgãos públicos; produção de artigos científicos; Prêmio Boas Práticas em Gestão Pública de SC; Nas Entrelinhas (programa da Rádio Udesc FM, transformado em um podcast Nas Entrelinhas); Conexão Pública.

Em 2004, quando da sua criação, o LASP sob a coordenação da professora Maria Ester Menegasso, surge como “forma de ultrapassar os limites da universidade” (LASP, 2024). E em 2005, cria o programa de extensão Incubadora do Conhecimento em Administração Pública, mantendo o LASP como um projeto vinculado.

Em 2006, o programa Incubadora do Conhecimento em Administração Pública é transformado em Incubadora de Administração de Serviços, mantendo ainda o LASP como um dos projetos vinculados, com a finalidade do desenvolvimento profissional e acadêmico do curso, visando “aprender a fazer fazendo”. Neste mesmo ano, é criado o jornal do LASP. (LASP, 2024).

Em 2007, o LASP passa a organizar eventos como o Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública (Eneap), em Florianópolis, e o Projeto Recreação, Arte e Esporte (Prae).

Em 2008, há uma mudança de coordenação, o professor Marcello Zapelini, que transforma o LASP em um programa de extensão autônomo. Neste momento, o LASP apoia o evento “Semana Esaguiana”. Neste mesmo ano, a professora Sullivan Fischer cria o projeto de Consultoria de Procedimentos em Serviços Públicos, para as práticas de consultoria realizadas na disciplina de TEAP, mas o projeto ainda não é vinculado ao LASP (LASP, 2024).

Em 2009, o LASP implementa o Pré-vestibular Comunitário, como um de seus projetos vinculados, e cria o jornal Laspex, com edição digital e impressa. Posteriormente, em 2010, o professor Enio Luiz Spaniol assume a coordenação do LASP. Em 2012, coordenado pela professora Ivoneti Ramos, o projeto Bússola Municipal: indicadores de desempenho e reflexos no desenvolvimento sustentável, até então incubado no LASP, dá origem a um novo programa de extensão (LASP, 2024).

O LASP segue seu curso natural como programa de extensão, e em 2013, a professora Patrícia Vendramini assume a coordenação do LASP, e o programa incorpora o projeto Laboratório de Consultoria de Procedimentos em Serviços Públicos, desenvolvido desde 2008 e coordenado pela professora Sullivan Desirée Fischer

Em 2015, a professora Sullivan Desirée Fischer assume a coordenação do programa. Em 2016, é criado o Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública Udesc Esag tem sua primeira edição, como projeto de extensão vinculado ao LASP também coordenado pela professora Sullivan Fischer. Em 2017, com a licença do professor Ênio Spaniol, as ações ‘Nas Entrelinhas’ (rádio) e ‘Conexão Pública’ (TV) passam a integrar o grupo de pesquisa Politeia, liderado pela professora Paula Schommer. E o LASP volta-se integralmente para as ações de Consultoria em Serviços Públicos. Em 2020, com a cessão da professora Sullivan Fischer para órgão do Estado, o LASP não apresenta programa de extensão e suas atividades fi-

cam interrompidas até 2021.

Em 2021, o LASP novamente sob coordenação da professora Sullivan Fischer reaparece como programa de extensão, com ações de consultoria, alinhadas com a disciplina de TEAP, com foco na gestão e políticas sociais. Em 2023, sob a coordenação da mesma professora, o LASP apresenta um projeto voltado ao balanço desta atividade de consultoria de procedimentos, desenvolvido há 15 anos.

A atividade de consultorias a órgãos públicos é uma prática desenvolvida na disciplina Teorias e Práticas de Administração Pública, no curso de graduação de Adm. Pública da ESAG/UDESC, sendo uma atividade que integra o ensino, a pesquisa e a extensão. O objetivo é conectar os estudantes aos gestores de órgãos públicos, fazendo com que os estudantes possam desenvolver a capacidade de lidar com os problemas reais da administração pública, e possam colaborar com a melhoria na prestação dos serviços no setor público. Isto é, integrada à extensão, a disciplina de TEAP traz esse elo e com a curricularização da extensão, se observa, uma janela de oportunidade de investigar e analisar esta prática decorrente dessa integração ensino e extensão, que é realizada no curso de forma longitudinal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para fins desta análise, foi realizado o mapeamento das consultorias desenvolvidas na disciplina de Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos (TEAP), no âmbito do Laboratório de Aprendizagem em Serviços Públicos (LASP). Esta primeira análise recai sobre o currículo de 2007, com as nomenclaturas das disciplinas e áreas deste PPC, conforme já mencionado na seção 2.2. O reconhecimento das áreas de conhecimento da grade curricular, se faz necessária para compreensão e enquadramento das consultorias que serão analisadas à luz deste PPC (2007).

Quantitativamente, neste período de 15 anos de consultorias produzidas na disciplina de Teoria e Prática na Administração Pública, vinculada ao projeto de extensão, LASP, desenvolve-se 166 trabalhos, envolvendo 663 alunos. Neste PPC (2007), as disciplinas estão distribuídas dentro dessas áreas de conhecimento classificadas como: formação básica, estudos quantitativos e suas tecnologias, formação profissional e formação complementar, conforme a imagem abaixo:

Figura 1. Áreas de conhecimentos



Fonte: Autores (2024).

O mapeamento das práticas de consultorias desenvolvidas pela disciplina TEAP em âmbito com o LASP, durante o período de 2008.1 a 2023.1. Exclui-se desse período, apesar de ter sido levantado, o ano de 2009.2 e 2010.1 e 2010.2, por não ter sido realizada a atividade prática nesses moldes. Desta forma, para fins de toda a análise que está representada esta incluir os anos: 2008.1 e 2; 2009.1; 2011.1 e 2; 2012.1 e 2; 2013.1 e 2; 2014.1 e 2; 2015.1 e 2; 2016.1 e 2; 2017.1 e 2; 2018.1 e 2; 2019.1 e 2; 2020.1 e 2; 2021.1 e 2; 2022.1 e 2; 2023.1. Para os anos 2008 e 2009 há duas turmas, Florianópolis e Balneário Camboriú e a partir de 2013 com turmas matutino e noturno de Florianópolis. Isto é, entre 2008/1 e 2023.1 totalizam-se 52 turmas e 29 semestres letivos.

Para essa análise, foram utilizados filtros para classificar as consultorias desenvolvidas por áreas de conhecimento de acordo com os eixos de formação do curso, desse modo, a área de Formação Profissional resultou em 166 consultorias, ou seja, 100% das práticas de consultoria integram em uma ou mais disciplinas do eixo de Formação Profissional, seguido de formação Formação Complementar com 50 consultorias nessa área, enquanto a área Métodos Quantitativos e Tecnologias possui 38 consultorias, por fim, a área da formação básica em 8 consultorias (Figura 2).

Figura 2. Áreas de conhecimentos das consultorias

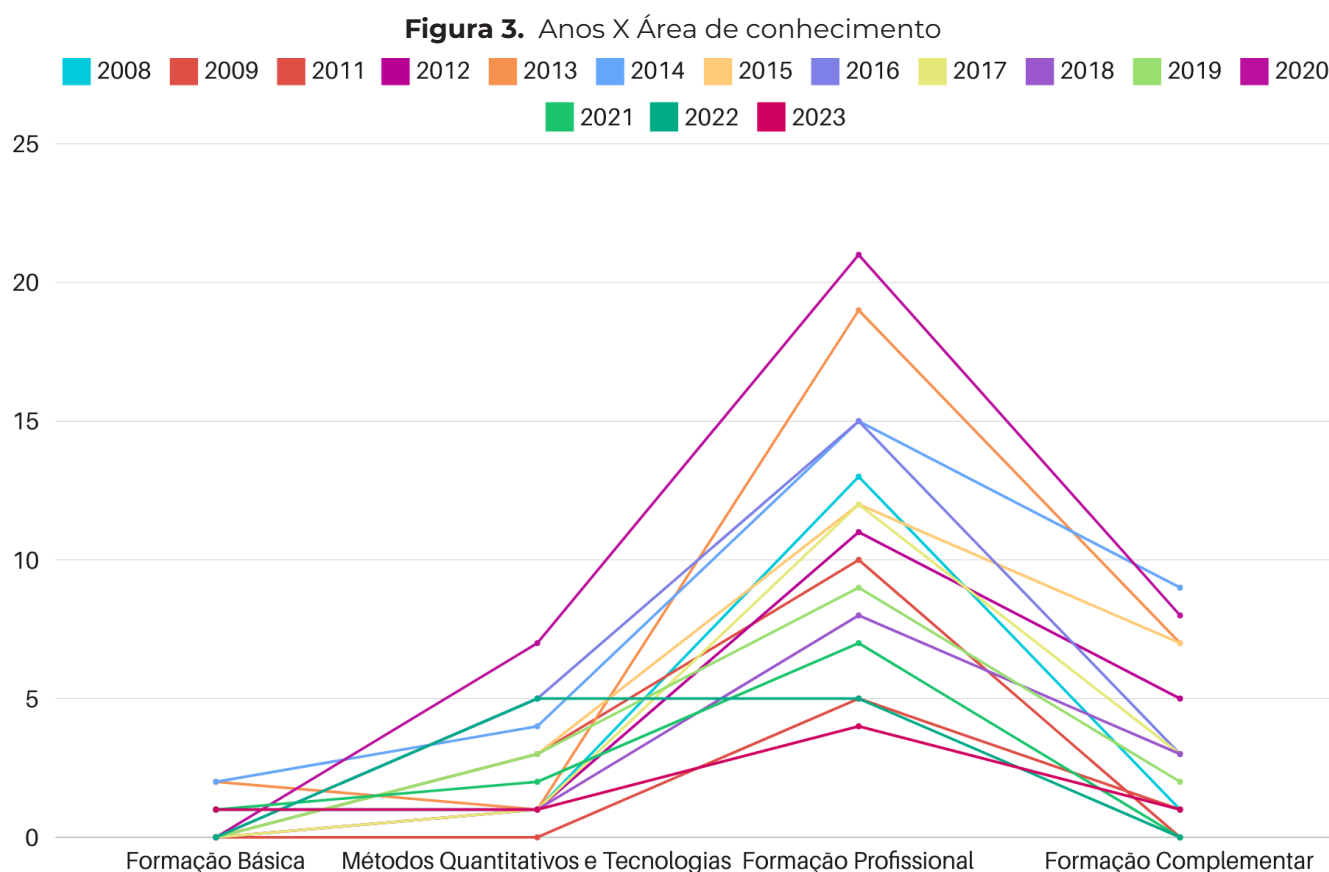


Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Vale salientar que o eixo de formação profissional é onde está situada a disciplina de TEAP, isto é, a prática de consultoria. Como nesta prática de consultoria é utilizado uma metodologia de consultoria, baseado na literatura de Schein (1972), em que etapas são seguidas para o seu desenvolvimento, ainda que o tema/assunto da demanda esteja relacionado a outra disciplina, esse conhecimento de consultoria é mobilizado pelos estudantes para seu desenvolvimento. Disto também resulta que o resultado desta análise ultrapassa os 100%, visto que há 166 consultorias e para o desenvolvimento de uma prática de consultoria, na maior parte das vezes, os estudantes mobilizam conhecimentos vindos de diferentes disciplinas e estas estão presentes, muitas vezes, em mais de um eixo de área de conhecimento.

Na figura 3 podemos observar o número de consultorias por ano relacionadas com cada área de conhecimento. Quando analisamos por ano letivo, a distribuição por Eixo de Conhecimento, observa-se que há uma maior mobilização de conhecimento por parte dos estudantes no ano de 2020, 2013 e 2016, do Eixo de Formação Profissional. Seguido pelo Eixo no ano de 2014 e 2020, do Eixo de Formação Complementar. Adicionalmente, o ano

de 2020, também tem grande mobilização do Eixo de Métodos Quantitativos e Tecnologias. Por fim, o Eixo de Formação Básica teve maior mobilização nos anos de 2013 e 2014.



Fonte: Autores (2024).

Vale salientar que as áreas de conhecimentos utilizados para a realização das consultorias são conhecimentos adquiridos principalmente durante do curso, são conhecimentos multidisciplinares, isto é, os alunos aprenderam em mais de uma disciplina. Contudo, tivemos casos de consultorias que foram utilizados conhecimentos de outras áreas, como foi o caso das consultorias de 2016 e 2020, que foi utilizado o estudo de Georreferenciamento, estudado no curso de Geografia.

Outro caso foi utilizado o Repositório, estudado em Biblioteconomia e Gestão da Informação, para fins desta consultoria, o professor Divino que ministra aulas no Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed), na Udesc, auxiliou para que a consultoria pudessem ser concluídas. Adicionalmente, outro caso, é a utilização do conhecimento de Custos, disciplina que foi integrada na grade curricular do curso de Administração Pública com o PPC 2020, mas para conclusão da consultoria de 2019 e 2023, foi utilizado do conhecimento de custos, contudo, mesmo que os alunos não obtiveram conhecimento da área de custo, visto que os alunos eram da grade curricular de 2007, conseguiram entregar a consultoria.

Por fim, em diversas consultorias, os alunos tiveram que desempenhar funções que necessitavam de conhecimentos de Excel de nível intermediário e avançado, e no curso de Administração Pública, é ensinado somente Excel de nível básico, ou seja, os alunos apresentam nessas consultorias áreas que vão além dos ensinamentos adquiridos durante o curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto anteriormente, com a incorporação da disciplina de TEAP como prática extensionista do LASP e a nova política de extensão aprovada pela Udesc com a curricularização da extensão (2023). Surge a oportunidade de demonstrar que desde a criação do curso de graduação de Administração Pública da Esag/Udesc, já se trabalhava com a extensão. Adicionalmente, surge o questionamento, quais áreas estão concentradas nas consultorias de procedimentos realizados na disciplina de TEAP frente ao currículo de formação do curso de administração pública da Esag/Udesc?

Para responder essa pergunta foi realizado o mapeamento das consultorias realizadas no período de 2008.1 a 2023.1, como resultado, as disciplinas que mais são mobilizadas para o desenvolvimento das consultorias, compõem a área de conhecimento a Formação Profissional, seguida pelas áreas Formação Complementar, Métodos Quantitativos e Tecnologias e Formação Complementar.

Para fins desta pesquisa, será considerado o PPC 2007, pois a disciplina de TEAP é implementada no curso em 2008, quando a primeira turma chega na oitava fase do curso e apesar das reformas no curso, sua ementa permanece sem alteração durante todo esse período de investigação que abrange 2008.1 a 2023.1.

Nesse estudo, foi realizada uma análise propositiva, que a partir dos resultados das consultorias, analisou as disciplinas mobilizadas para o desenvolvimento das consultorias se estão contempladas ou não no currículo de 2020, e conseqüentemente, no currículo de 2023. Observa-se que algumas disciplinas mobilizadas para a execução das consultorias, com as reformas curriculares de 2020 e 2023, passaram por transformações, nas nomenclaturas e ementas, e outras ainda foram suprimidas da grade curricular.

REFERÊNCIAS

Coelho, F. de S. **História do ensino de Administração Pública no Brasil (1854-2006)**: antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas. Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.ena.gov.br/bitstream/1/4285/1/9_Livro_Hist%C3%B3ria%20do%20ensino%20de%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica%20no%20brasil%20%281854-2006%29.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE. Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Engenharia. Brasília, 2005. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rces00405.pdf?query=Crit%C3%A9rios. Acesso em: 27 out 2023.

Fischer, S.D.; Schommer, P.C.; Mamede, C.R.S. Interdisciplinaridade e competências na articulação entre universidade e serviço público: a experiência do Laboratório de Consultoria em Serviços Públicos. I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas – ENEPCP. Brasília, 2015 (pp.25).

Fischer, S. D.; Schommer, P. C.; Mamede, C. R. S. Laboratório de Consultoria de Procedimentos em Serviços Públicos. In: **SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 32.**, 2014, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, 2014.

Gaetani, F. O ensino de administração pública no Brasil em um momento de inflexão. **Revista do Serviço Público**, 1999.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

- Lima, L. L.; Rodrigues, M. I. A. (Org.). **Campo De Públicas Em Ação**: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017
- Mezzomo Keinert, T. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, mai./jun. 1994.
- Moita, F. M. G. da S. C.; Andrade, F. C. B. de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 41 maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan 2024.
- Nogueira, M. de. Políticas de extensão universitária brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.
- Pereira, R. M.; Montiel, F.C. A Metodologia de Implementação da Curricularização da Extensão no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. **Caminho aberto-Revista de Extensão do IFSC**. Ano 10, v. .17. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/3633/4716>. Acesso em 27 de maio de 2024.
- Querino, M. **O processo de adaptação estratégica da Escola Superior de Administração e Gerência**: da concepção à percepção de seus gestores estratégicos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.
- SANTA CATARINA. Lei n. 3.530, de 16 de outubro de 1964. Institui a Fundação Escola Superior de Administração e Gerência (Esag). Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 16 out. 1964.
- Schein, E. H. **Consultoria de procedimentos**: seu papel no desenvolvimento organizacional. São Paulo: E. Blucher, 1972. 155p. (Desenvolvimento organizacional).
- Silva, B. **A necessidade do ensino de Administração Pública**. Discurso no ato inaugural da Escola Brasileira de Administração Pública, em 15 de abril de 1952. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1952.
- Thiollent, M. J. M. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão**. Cronos, Natal-RN, v. 3, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654/10730>.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. Curso de Bacharelado em Administração Pública – ESAG. Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/3109/CURSO_DE_BACHARELADO_EM_ADMINISTRA__O_P_BLICA__ESAG__153124507389_3109.pdf. Acesso em: 20 out 2023.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. Resolução nº 007/2022 – CEG. Florianópolis, 2022. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cct/id_cpmenu/6170/Creditacao_da_extensao_16715553426086_6170.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. Resolução nº 020/2023 – CEG. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://secon.udesc.br/consuni/camaras/ceg/resol/2023/020-2023-ceg.pdf>. Acesso em: 20 out 2023.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. Resolução nº 020/2012 – CEG. Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://www.secon.udesc.br/consepe/resol/2012/020-2012-cpe.pdf>. Acesso em: 14 nov 2023.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. Resolução nº 02/2023 – CEG. Florianópolis, 2023. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/esag/id_cpmenu/670/RESOLU__O_N__022023__CEG_Processo_UDESC_00045607_2022__2__1686936215343_670.pdf. Acesso em: 14 nov 2023.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Florianópolis, 2023. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/esag/id_cpmenu/670/Projeto_Pedag_gico_Documento_UDESC_00013626_2023_16869361465479_670.pdf. Acesso em: Acesso em: 20 out 2023.

Vendramini, P. **Ensino de Administração Pública e o Desenvolvimento de Competências:** A Contribuição do Curso de Administração Pública da Esag-Udesc. 2013. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2013. Disponível em: [https:// https://www.ipea.gov.br/observatorio/images/publicacoes/2013/Patricia_Vendramini.pdf](https://www.ipea.gov.br/observatorio/images/publicacoes/2013/Patricia_Vendramini.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.

Vendramini, Patrícia; Almeida, L. **Pioneirismo, Renovação e Desafios:** Experiências do Campo de Públicas no Brasil. Florianópolis: UDESC, 2017.